



FERNANDO ALEXANDRE

como são os portugueses

conclusão geral, características gerais
da população, desigualdades

10
10

os portugueses



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

diretor de publicações

António Araújo

coordenação

Susana Norton e Luísa Barbosa

título

Como São os Portugueses — conclusão geral, características gerais da população, desigualdades

autor

Fernando Alexandre

design e paginação

Guidesign

impressão e acabamento

Lidergraf | Sustainable printing

Validação de conteúdos e suportes digitais

Regateles Consultoria Lda.

© Fundação Francisco Manuel dos Santos e Fernando Alexandre

Novembro de 2020

isbn 978-989-9004-55-9

depósito legal n.º 466 882/20

As opiniões e valores expressos nesta edição são da exclusiva responsabilidade do autor e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Livro redigido com o Acordo Ortográfico de 1990.

A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada ao autor e ao editor.



Fernando Alexandre

Como são os portugueses

conclusão geral
características gerais da população
desigualdades

Introdução 9

O mundo não é plano 17

**Pouco produtivos: a culpa é dos Portugueses
ou de Portugal?** 27

A esperança vem da mobilidade social 45

Quanto vale o futuro para os Portugueses? 57

Conclusão 69

Notas 75

Referências 77

Fontes 81

Infografias 85

Introdução

«Não é possível descobrir o segredo que faz com que alguém seja ele próprio... Mas podemos procurar algumas características que nos ajudem a compreender como adquirimos a nossa autonomia, as nossas preferências, os nossos desejos, os nossos defeitos...»

JOSE MATTOSO, *Identificação de Um País*

Os Portugueses são o seu passado. Os Portugueses são também o que esperam do futuro. A resposta à questão «como são os Portugueses?» começa na geografia e no passado. Ao longo da história, os Portugueses optaram por diferentes formas de organização. A essas formas de organização, chamamos instituições. As instituições refletem longos processos históricos, a acumulação de conhecimento e as decisões políticas. Os poderes e interesses instalados nas instituições são o grande obstáculo à mudança. Resistir à mudança faz parte da natureza das instituições.

Para Vasco Pulido Valente (2009), a mudança veio de fora. Os choques externos abalam a estabilidade das instituições e desencadeiam processos de mudança. Mas as reais forças da mudança vêm de dentro.

A esperança no futuro é uma condição necessária para essa mudança. Quanto mais elevadas forem as esperanças dos Portugueses, mais empenhados estarão nas suas resoluções de mudança. Mas de onde vem a esperança?

A luta para escapar à pobreza e superar a escassez de recursos foi uma constante da História de Portugal. Esteve na origem das grandes navegações portuguesas dos séculos xv e xvi e foi a causa de sucessivas vagas de emigração. Ou seja, até aos nossos dias, a expectativa de melhores condições de vida levou muitas vezes os Portugueses para fora.

Portugal não conseguiu acompanhar as transformações das primeiras revoluções industriais. Em meados do século xix, já não era possível disfarçar o nosso atraso em relação aos países mais desenvolvidos da Europa. O debate sobre as causas do atraso foi ganhando espaço na discussão política e entre as elites. Em 1871, nas Conferências do Casino, Antero de Quental apresentou as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*. Aquele ensaio e as obras de outros membros da Geração de 70, como Eça de Queiroz, tornaram o atraso português, e a consciência dessa condição de subdesenvolvimento, um tema de discussão nacional até aos dias de hoje e marca da nossa identidade.

A integração na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, foi a grande fonte de esperança de uma mais rápida convergência para os níveis de rendimento e de consumo europeus. A entrada de Portugal na CEE pôs em movimento as forças de integração económica ditadas pela geografia. Os países vizinhos tendem a ter fluxos de comércio internacional mais intensos. Assim, após a entrada na CEE, a Espanha passou de parceiro comercial irrelevante a principal parceiro comercial.

Os fundos europeus permitiram recuperar o enorme atraso nas infraestruturas, nomeadamente as rodoviárias. A integração na CEE e a globalização facilitaram o acesso pelas empresas às mais recentes tecnologias e aos mercados globais. A frequência de níveis mais elevados de escolaridade foi sendo alargada a toda a população. As universidades formaram os seus quadros em universidades estrangeiras e passaram a participar ativamente nos progressos da ciência. Paradoxalmente, o progresso registado em todas aquelas dimensões não conduziu a um crescimento equivalente da produtividade. De facto, no século XXI, a produtividade praticamente estagnou.

Nós somos o que fazemos. Durante muito tempo, os trabalhadores portugueses eram vistos na Europa como bons profissionais em tarefas domésticas (como no filme *O Amor Acontece*, com a atriz Lúcia Moniz), na construção civil e outras tarefas que não exigiam

elevadas qualificações. Esta imagem, em grande medida, correspondia ao que os Portugueses efetivamente faziam e eram: uma população com baixa escolaridade, concentrada em setores de atividade tradicionais, como o têxtil, o vestuário ou o calçado. As contribuições de cientistas e artistas portugueses não alcançavam grande projeção internacional. Entretanto, os níveis de escolaridade dos Portugueses aproximaram-se dos Europeus, e estamos presentes em setores de alta tecnologia. Quase todos os automóveis produzidos na Europa têm componentes fabricados e, em alguns casos, desenvolvidos em Portugal. Cientistas portugueses frequentam, ensinam, investigam e integram equipas nas melhores universidades do mundo. Escritores portugueses estão presentes nos escaparates das principais livrarias internacionais, e artistas portugueses pisam os grandes palcos.

Os progressos realizados não permitiram resolver um dos mais graves problemas da sociedade portuguesa: a elevada incidência da pobreza nos jovens e nos idosos. A elevada incidência da pobreza na população idosa tem raízes históricas. Torna-se, contudo, mais difícil de perceber e de aceitar a elevada incidência da pobreza infantil e juvenil. A pobreza é uma das facetas da elevada desigualdade. A pobreza limita o acesso à educação, à habitação e aos serviços de saúde. E limita as possibilidades de desenvolvimento do ser humano.

A pobreza e a desigualdade põem em causa a coesão das sociedades, sobretudo quando coexistem com baixa mobilidade social. Sem mobilidade social, muitos portugueses perdem a esperança num futuro melhor, em Portugal. Muitos continuarão a procurar no estrangeiro um lugar para realizarem as suas ambições. Enquanto os Portugueses, em particular os jovens mais qualificados, continuarem a emigrar, Portugal continuará a viver abaixo das suas possibilidades.

Neste ensaio, a identificação das características dos Portugueses faz-se na perspetiva de um economista. A consciência do atraso económico em relação aos países mais desenvolvidos europeus tornou-se, desde o século XIX, um traço da identidade dos Portugueses. A discussão de características económicas como a produtividade, as desigualdades, a pobreza, a poupança ou o endividamento são o ponto de partida para uma descrição dos Portugueses, tendo em conta o seu passado e a forma como olham o futuro.

Analisa-se a realidade portuguesa partindo das seguintes questões:

- A geografia limitou o desenvolvimento?
- A baixa produtividade é um problema de Portugal ou dos Portugueses?
- Melhores infraestruturas, melhores tecnologias, mais escolaridade e a mesma produtividade: um paradoxo?

- A digitalização e a geografia: mais perto ou mais longe do centro do mundo?
- É possível ser grande num país pequeno?
- Pode haver esperança sem mobilidade social?
- O local onde se nasce é mais importante do que o *curriculum vitae*?
- Baixa poupança e elevado endividamento: quanto vale o futuro para os Portugueses?
- Viver acima das suas posses: valorização excessiva do presente ou excesso de otimismo em relação ao futuro?
- Um povo que arriscou explorar os oceanos desconhecidos tem mesmo medo de arriscar?

Para um economista, a realidade são os dados. Com poucas exceções assinaladas no texto, os dados citados são retirados da base de dados Pordata da Fundação Francisco Manuel do Santos (FFMS). Partindo de dados sobre a realidade portuguesa, pretende-se apresentar uma descrição dos Portugueses que vá além das suas características económicas, fazendo sobressair a importância da geografia, da história e das instituições.

O ensaio tem a seguinte estrutura. No primeiro capítulo, discute-se a relação entre a posição geográfica de Portugal, a integração europeia e a revolução das tecnologias de informação. No segundo capítulo, analisam-se as causas da baixa produtividade e da sua estagnação. No terceiro capítulo, apresentam-se várias medidas de pobreza e de desigualdade e discutem-se as

implicações da reduzida mobilidade social para as expectativas dos Portugueses. No quarto capítulo, os dados da poupança e do endividamento são o ponto de partida para discutir a relação dos Portugueses com o futuro. No quinto capítulo, sintetizam-se as conclusões deste ensaio sobre como são os Portugueses.

O mundo não é plano

Quando olhamos para o mapa da Europa, sobressai a Península Ibérica, com os Pirenéus a marcarem a fronteira geográfica com o resto da Europa. Grande parte das fronteiras de Portugal não estão definidas por barreiras naturais que protejam o país de ameaças externas. Situado no Sudoeste da Península, «onde a terra se acaba e o mar começa», com fronteira terrestre a norte e a leste com Espanha, a geografia faz de Portugal um país improvável.

Portugal também não se singulariza por uma homogeneidade geográfica ou étnica. Em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Orlando Ribeiro destaca os contrastes entre Norte e Sul, litoral e interior, terra alta e terra baixa. Daqueles contrastes, aquele que hoje talvez mais se destaca é a divisão entre o litoral e o interior. Desde sempre, o litoral exerceu grande atração nas populações. No litoral, destacam-se ainda as grandes áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Estas regiões concentram cerca de 45 % da população e representam mais de 50 % do produto interno bruto (PIB) nacional (Instituto Nacional de Estatística — INE). Adicionalmente, as assimetrias de rendimento entre as diferentes regiões são hoje muito marcadas. Por exemplo,

em 2018, o PIB *per capita* da região Área Metropolitana de Lisboa era 1,5 vezes superior ao da região Norte.

José Mattoso (2015, p. 760), no livro *Identificação de Um País*, afirma que «a unidade nacional não é um dado adquirido nem um dom da natureza. Não existe à partida». Da diversidade regional e cultural de Portugal, a unidade surgiu por força do poder político, desde cedo fortemente centralizado. Durante séculos, a centralização do poder foi essencial para a integridade territorial do país e para a criação da identidade nacional. Hoje, a elevada centralização do poder e as persistentes assimetrias regionais levantam desafios à coesão do país.

Bruno Cardoso Reis (2019) salienta o papel central que a preservação da soberania teve no planeamento estratégico do país. Em certa medida, até à entrada na CEE, a estratégia do país esteve subordinada a esse objetivo. A impossibilidade de conjugar a soberania nacional com relações comerciais regulares com Espanha empurrou-nos, desde o século xv, para o Atlântico.

A Inglaterra foi, durante séculos, a principal parceira comercial de Portugal. A importância dessa relação remonta à assinatura do Tratado de Windsor, em 1386. Em 1974, a Inglaterra era o principal mercado dos produtos portugueses, representando 23 % das exportações totais de bens. Em 2019 representava

apenas 6 % do total. Devido à sua importância no turismo, o Reino Unido continua a ser o principal mercado de exportação de serviços.

Além da posição geográfica, a escassez de recursos naturais e a exiguidade do mercado dificultaram o desenvolvimento económico. A produção no contexto do espaço económico português não permitia gerar ganhos de eficiência na indústria. Esta insuficiência levou intelectuais como Joaquim Oliveira Martins, no século XIX, a sentirem atração pelo iberismo. Esperava que a integração na Ibéria, um pequeno continente, tornasse a indústria portuguesa competitiva.

Durante o Estado Novo, apesar das afinidades políticas dos dois regimes autocráticos, Portugal e Espanha mantiveram-se de costas voltadas, e as relações comerciais entre os dois países continuaram quase inexistentes até à entrada na CEE, em 1986. Os modelos de comércio internacional preveem que, quanto maior for a proximidade geográfica entre os países, maior será a intensidade das suas trocas comerciais. Em 1984, as exportações portuguesas para Espanha representavam 4 % das exportações totais de bens.

No pós-Segunda Guerra Mundial, e sobretudo a partir dos anos 60, com a adesão à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), Portugal abriu-se ao comércio externo e iniciou uma nova fase da sua relação com a Europa.

Nesta aproximação à Europa, que, além do comércio, se fez pela emigração e pelo turismo, os Portugueses tornar-se-iam cada vez mais parecidos com os outros Europeus. Nas palavras de António Barreto (1999, p. 15), «tornámo-nos um país como os outros».

Com a entrada na CEE, Espanha tornou-se o principal parceiro económico de Portugal. Em 1991, as exportações de bens para Espanha representavam 15 % do total. Em 2000, Espanha tornou-se o principal mercado das exportações portuguesas de bens, com 20 % do total. Em 2019, as exportações para Espanha representavam cerca de 25 % das exportações totais. Seguiam-se a França e a Alemanha, representando, respetivamente, 13 % e 12 % do total das exportações de bens.

A integração da economia portuguesa aumentou significativamente após a adesão à CEE. Medindo o grau de abertura pelo rácio da soma das exportações e das importações no valor acrescentado da economia, entre 1995 e 2018, observou-se um aumento de 63 % para 89 %. Em 2019, o peso das exportações e das importações no PIB atingiu o valor máximo de 44 %.

As últimas quatro décadas do século xx foram um período de forte crescimento económico, com uma taxa de crescimento média anual do PIB real de cerca de 4 %. Em 2000, o PIB *per capita* português era 15 % inferior ao PIB *per capita* da UE27. Na primeira década,

manteve-se estável em torno dessa percentagem. Nos anos seguintes, em resultado da longa crise da dívida, o PIB *per capita* divergiu. Em 2017, o de Portugal era 23 % inferior ao da UE27.

Além do crescimento económico, as importações e o acesso ao crédito permitiram uma rápida aproximação ao padrão de consumo europeu. Por exemplo, em 1987, apenas 44 % das famílias tinham máquina de lavar roupa e apenas 33 % tinham telefone. No ano 2000, aqueles equipamentos domésticos tinham-se generalizado nos lares portugueses. O automóvel, símbolo da urbanidade e de estatuto social, era ainda relativamente escasso em 1990. Nesse ano, existiam apenas 185 automóveis por mil habitantes, o que comparava com 516 na Alemanha e 309 em Espanha. No entanto, nesta dimensão, a convergência com a Europa foi rápida. Em 2018, existiam em Portugal 514 automóveis por mil habitantes (568 na Alemanha e 514 na Espanha).

A melhoria e o alargamento da rede viária acompanharam o aumento do parque automóvel. Em 1987, tínhamos 211 quilómetros de autoestradas — o que era insuficiente para completar a ligação Lisboa-Porto. Hoje, existem mais de 3000 quilómetros de autoestradas e temos uma das melhores redes da UE (Schwab, 2019). Esta rápida convergência com a UE só foi possível porque o melhoramento das infraestruturas rodoviárias foi assumido como um grande desígnio

nacional e porque os fundos comunitários permitiram o seu financiamento — ver Mateus (2013).

Os fundos comunitários tiveram também um papel fundamental na aproximação a outras dimensões das condições de vida dos Europeus. No ano 2000, nas habitações, tinha-se universalizado o acesso à água canalizada (47 % em 1970), as instalações sanitárias (58 % em 1970), a eletricidade (64 % em 1970) e os esgotos (60 % em 1970).

O desenvolvimento do Estado social, com a universalização do acesso a todos os graus de ensino e ao sistema de saúde, produziu benefícios muito relevantes nas condições de vida dos Portugueses. Um dos efeitos mais visíveis foi a diminuição da taxa de mortalidade infantil. Em 1975 e 2019, a taxa de mortalidade infantil diminuiu de 38,9 para 2,8 óbitos de crianças com menos de um ano por cada mil nascimentos, estando entre as mais baixas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Na esperança de vida à nascença, os progressos foram também muito rápidos, com um aumento de 68 anos em 1975 para 80,9 anos em 2018.

Nas autoestradas digitais, a convergência foi mais lenta. A pandemia de Covid-19 mostrou a imprescindibilidade da ligação à internet, em particular a ligação via banda larga, e do acesso a computadores como instrumentos

de inclusão social e económica das famílias. No caso português, a pandemia mostrou a exclusão de muitas crianças em idade escolar no acesso à internet e a computadores. De facto, Portugal tem uma rede de fibra ótica de boa qualidade, mas a cobertura não é universal. Em 2019, 81 % dos agregados domésticos tinham ligação à internet (95 % na Alemanha e 91 % em Espanha). Por outro lado, em 2017, apenas 71 % dos agregados familiares tinham pelo menos um computador (93 % na Alemanha e 78 % em Espanha).

A revolução das tecnologias de informação e comunicação (TIC) ganhou velocidade na década de 1990 e alterou a organização da produção e distribuição de bens e serviços, dando um novo fôlego à globalização. A redução dos custos de transporte permitiu o aumento de fluxos de bens e serviços entre países, tendo sido o fator determinante do aumento do comércio internacional — ver Baldwin (2016). A revolução das TIC reduziu os custos de coordenação da atividade produtiva entre países. Estes desenvolvimentos levaram analistas como Thomas Friedman a defender a tese do aplanamento do mundo, isto é, de diminuição da importância da geografia e da distância física.

As grandes empresas multinacionais com processos produtivos complexos puderam deslocalizar maiores parcelas da sua produção. Um papel relevante na globalização passa necessariamente pela participação

das empresas nacionais nas grandes cadeias globais de produção e de distribuição.

No entanto, a hipótese da irrelevância da distância geográfica não chegou a ser comprovada. Outros fatores contrabalançaram o efeito das TIC e da redução dos custos de transporte, reafirmando a importância da geografia.

Nas decisões de investimento, as empresas têm em conta a localização de outras empresas. As competências que existem numa região e a sua capacidade de responder às necessidades económicas, nomeadamente no fornecimento de bens e serviços e de trabalho qualificado, são variáveis decisivas para a escolha da localização das empresas. O talento desloca-se para onde existe talento. Os países que não conseguem desenvolver polos de atração de talento são excluídos das grandes cadeias globais de produção e de distribuição. No contexto da atual estratégia de recuperação da soberania industrial da Europa, o efeito daquelas forças centrípetas pode relegar Portugal para uma posição ainda mais periférica. As novas indústrias tenderão a localizar-se nas áreas industriais já existentes.

Na viragem do século xx para o século xxi, quando as mudanças na tecnologia e na globalização aceleraram, Portugal não conseguiu acompanhá-las. A pandemia acelerou ainda mais a digitalização e a reconfiguração

das cadeias globais de produção e de distribuição. Mais tarefas serão realizadas à distância. Mais reuniões serão feitas em teletrabalho. As exportações de serviços, em que os custos de transporte são reduzidos, continuarão a ganhar importância no comércio global.

Desde 2010, Portugal deu um forte impulso às suas exportações e conseguiu criar polos de atração em áreas tecnológicas e de inovação. Conseguirá aproveitar a mudança pós-Covid-19 para ultrapassar os obstáculos da geografia, aumentar a produtividade e recuperar a convergência com a Europa?

Pouco produtivos: a culpa é dos Portugueses ou de Portugal?

No longo prazo, tudo se reduz à produtividade, terá dito o Prémio Nobel da Economia Paul Krugman. O nível de rendimento *per capita* dos países depende da produtividade do trabalho. O nível de bem-estar depende crucialmente do rendimento *per capita*.

Definimos a produtividade do trabalho como o valor produzido por trabalhador, um indicador disponível na Pordata para Portugal e para os países da UE.

Um trabalhador português, em Portugal, por hora de trabalho, produz cerca de metade do valor produzido por um trabalhador na Alemanha. Este diferencial na produtividade, em relação à Alemanha, manteve-se praticamente inalterado desde 1995. Em relação à UE27, a produtividade por hora de trabalho diminuiu de 31 % para 34 % abaixo da média europeia.

Partilhando o mesmo espaço económico desde 1986, e a mesma moeda desde 1999, o que impede um trabalhador em Portugal de ser tão produtivo como um trabalhador na Alemanha?

No capítulo anterior, discutimos o papel da geografia e da posição periférica de Portugal na Europa e na economia mundial. Concluimos que, apesar dos desenvolvimentos tecnológicos, a geografia continua a ser um fator determinante do desenvolvimento dos países. No entanto, em última análise, a origem da riqueza dos países está nas pessoas e no seu talento para gerar conhecimento e inovar.

A população residente em Portugal atingiu um valor máximo histórico em 2010: 10 573 100 habitantes. Desde 2009, o saldo natural é negativo, isto é, o número de óbitos supera o número de nascimentos — ver Mendes (2020). Entre 2011 e 2016, o saldo migratório foi sempre negativo, contribuindo para a redução da população. Em 2019, a população residente em Portugal era 10 286 263.

Todavia, o que conta para o potencial produtivo dos países é a sua população em idade ativa, isto é, entre os 15 e os 64 anos. Esta ultrapassou os 7 milhões em 2002 e atingiu um valor máximo em 2008. Desde essa altura, diminuiu continuamente (-6 % entre 2008 e 2019). Apenas parte da população em idade ativa contribui efetivamente para a atividade produtiva. Uma parte da população pode decidir voluntariamente não trabalhar, por exemplo para apoiar os filhos ou outros familiares. Outra parte pode ainda decidir estudar para melhorar as suas qualificações. E outra pode querer trabalhar

e não conseguir, como acontece com as pessoas em situação de desemprego. A integração dos trabalhadores no mercado de trabalho depende da adequação das suas qualificações às necessidades das empresas. Estas dependem dos incentivos para a aquisição de competências e da capacidade das empresas em ajustarem as suas equipas de colaboradores às mudanças tecnológicas e nos mercados. A taxa de emprego dá-nos a percentagem da população com 15 ou mais anos que se encontra empregada. Em 2019, eram 4,9 milhões, o que corresponde a uma taxa de emprego de 55 %. Da população empregada, 2,5 milhões eram homens, e 2,4 milhões, mulheres.

Uma outra dimensão relevante para a produtividade do trabalho é a estrutura etária da população. Uma população mais jovem tende a ser mais escolarizada, com maior capacidade de adaptação às novas tecnologias e de aprendizagem de novas competências, e com mais mobilidade geográfica. Uma população mais envelhecida tem a vantagem de ter mais experiência e conhecimento do funcionamento das organizações. Por outro lado, tenderá a ser mais conservadora e, assim, mais resistente à mudança.

De acordo com a Pordata, em 2019, 71 % da população empregada concentrava-se no escalão etário entre os 25 e os 54 anos. Os jovens com menos de 25 anos representavam apenas 6 % da população empregada,

o que se explica pela frequência do ensino superior (385 mil em 2019) e pela elevada taxa de desemprego dos jovens (18,3 % em 2019). O elevado desemprego jovem é sintoma de um mercado de trabalho ineficiente. Além dos custos sociais associados ao desemprego, a lenta integração dos mais jovens no mercado de trabalho limita a capacidade de inovação e de transformação do tecido produtivo. Entre 2009 e 2018, o desemprego jovem esteve sistematicamente acima dos 20 %, atingindo um valor máximo de 38 % em 2013. Nas crises, os jovens, porque têm vínculos laborais mais precários, são os primeiros a perder o emprego. E são também dos primeiros a emigrar.

As projeções demográficas do INE apontam para um acelerado envelhecimento e para uma diminuição da população. Prevê-se que, até 2050, a população diminua cerca de 11 %, para 9,2 milhões. Nessa altura, a população com 65 ou mais anos deverá representar cerca de 36 % da população total (22,4 % em 2020). Entre 2020 e 2050, prevê-se que a população em idade ativa diminua cerca de 26 % e que o seu peso na população total diminua de 64 % para 53 %. Os efeitos destas alterações demográficas no crescimento económico e na produtividade serão muito negativos. Mais inovação e mais investimento nas qualificações dos trabalhadores serão essenciais para compensar os efeitos negativos da redução e do envelhecimento da população.

Brinca (2020) refere que Portugal é um dos países com maior potencial de automação e robotização de processos produtivos. A eliminação de tarefas repetitivas conduzirá ao aumento do desemprego e à necessidade de requalificação dos trabalhadores. Todavia, o elevado potencial de automação e de robotização é uma oportunidade para aumentar a produtividade, compensando os efeitos negativos da demografia no crescimento económico.

Uma forma de os países com baixa produtividade compensarem o seu efeito negativo na competitividade é trabalhando mais horas. É o que acontece em Portugal. Em 2019, o número médio de horas de trabalho semanal foi de 35,9, o que compara com 26,6 na Alemanha e 31,3 na UE27. Estes dados ilustram um dos maiores benefícios de ter uma elevada produtividade do trabalho: ter mais tempo livre.

Para a produtividade do trabalho, os níveis de educação fazem toda a diferença. A Pordata permite-nos conhecer a evolução da educação da população portuguesa e compará-la com outros países europeus. Uma população com níveis de escolaridade mais elevados, correspondentes a mais conhecimento e competências, pode realizar tarefas mais complexas e gerar mais valor. Em suma, pode ser mais produtiva.

A escolaridade aumentou de forma muito significativa nas últimas décadas, reduzindo o fosso existente em relação aos países mais desenvolvidos da Europa — ver Loura (2020). A expansão da escolaridade no século XIX, em muitos países europeus, esteve associada à criação dos Estados-nação. Foi assim na Itália, unificada em 1870, e na França, onde existiam muitos dialetos que punham em causa a unidade daqueles países. Mesmo em Espanha, constituída por muitas nacionalidades e várias línguas, o ensino de uma língua nacional, com o objetivo de unificar o país, contribuiu para a redução do analfabetismo. Em Portugal, em 1970, a taxa de analfabetismo era ainda de 26 %. O historiador Jaime Reis (1993) atribui o atraso na escolarização ao facto de, no século XIX, Portugal ser já uma nação secular, com uma identidade claramente definida. De acordo com esta tese, não ter sido necessário educar a população para criar uma nação justificou o reduzido investimento do Estado em educação. Numa economia em que, em 1974, o setor agrícola era ainda o principal setor de atividade (35 % da população empregada), as famílias não tinham incentivos para investir na educação das crianças. Por outro lado, o Estado Novo também não apostou na educação como meio para a promoção do desenvolvimento económico. Em 1974, as despesas do Estado em educação representavam cerca de 1 % do PIB.

Apenas com o regime democrático, após a revolução de 25 de abril de 1974, a educação tornou-se uma

prioridade dos governos. Na década de 1990, a despesa pública em educação correspondia a cerca de 4 % do PIB. Em democracia, registaram-se enormes avanços na escolaridade. De acordo com os dados do censo de 2011, a taxa de analfabetismo era 5,2 % e circunscrevia-se à população mais idosa. O acesso ao ensino secundário e superior foi universalizado. Em 2019, 75 % da população entre os 25 e os 34 anos tinha concluído pelo menos o ensino secundário (32 % em 1992), e a percentagem de jovens entre os 18 e 24 anos que desiste da escola sem completar o ensino secundário era de 10,6 % (50 % em 1992).

Os avanços na educação refletiram-se na escolaridade da população empregada. Entre 1998 e 2019, a percentagem da população empregada que tinha concluído no máximo o 3.º ciclo diminuiu de 80 % para 43 %.

Também no ensino superior se verificaram grandes progressos. Por exemplo, se considerarmos a população do escalão etário dos 30 aos 34 anos — isto é, as pessoas nascidas após a entrada na CEE — verificamos que, entre 1992 e 2019, se registou um aumento de 15 % para 36 % da população daquele grupo com um diploma do ensino superior. Em 2019, na Alemanha e na Espanha aquelas percentagens eram, respetivamente, de 36 % e de 45 %. Em 2019, 28 % da população portuguesa empregada tinha concluído o ensino superior.

Na educação, os anos de escolaridade são importantes, mas é a qualidade que faz verdadeiramente a diferença. Nesta dimensão, também ocorreram melhoramentos significativos. Os exames internacionais PISA (Programme for International Student Assessment), realizados de três em três anos desde o ano 2000, avaliam os conhecimentos e competências de literacia, em matemática e em ciências, permitindo estabelecer comparações internacionais entre estudantes. Em 2009 e 2012, Portugal obteve classificações muito próximas da média da OCDE. Em 2015 e 2018, as classificações dos estudantes portugueses ultrapassaram a média da OCDE nas três áreas avaliadas, com a exceção da média em matemática em 2018, que foi igual à da OCDE. Estes resultados mostram que os progressos na educação se fizeram sentir quer quantitativa, quer qualitativamente.

Além da escolaridade, outro fator que contribui para a baixa produtividade dos Portugueses é o reduzido *stock* de capital, isto é, os equipamentos e a tecnologia que os trabalhadores têm à sua disposição. Em média, cada trabalhador português tem à sua disposição pouco mais de 50 % do *stock* de capital de um trabalhador da UE15 (dados da AMECO, Comissão Europeia).

A menor disponibilidade de equipamentos e tecnologia limita as possibilidades de criação de valor. É consensual a necessidade de mais investimento na economia portuguesa. Todavia, tal como na educação, tão ou

mais importante do que a quantidade é a qualidade do investimento. O capital intangível, capital sem dimensão física, tem vindo a ganhar importância. Haskel e Westlake (2017) mostram que o capital das empresas está cada vez mais concentrado em *software*, sistemas de informação de gestão, patentes ou marcas. Estas formas de capital são cada vez mais relevantes para a produtividade das empresas e das economias.

Numa investigação sobre as causas da divergência da produtividade dos países do Sul da Europa relativamente à Alemanha, Schivardi e Schmitz (2019) concluíram que existe uma relação entre o crescimento da produtividade e o investimento em tecnologias de informação e comunicação (TIC). Todavia, para os investimentos em TIC produzirem um impacto significativo na produtividade, têm de ser complementados por uma gestão de qualidade. Os resultados daquele estudo sugerem que a falta de qualidade de gestão é uma das causas do menor crescimento da produtividade nos países do Sul da Europa, incluindo Portugal.

Bloom e Van Reenen (2007) identificam três fatores que podem afetar a qualidade da gestão. Primeiro, quanto maior for a concorrência entre empresas, melhores tenderão a ser as práticas de gestão. Segundo, empresas com gestão familiar tendem a apresentar piores práticas de gestão. Terceiro, multinacionais e empresas exportadoras apresentam melhores práticas de gestão.

Tendo em conta as limitações da economia portuguesa relativas à concorrência em diversos setores, fruto de uma estrutura produtiva onde dominam as pequenas e médias empresas de cariz familiar, as debilidades na gestão das organizações são um ponto de partida para a busca das causas da baixa produtividade da economia portuguesa.

A produtividade mede o valor produzido por trabalhador. O valor produzido vai depender do setor e do nível tecnológico em que as empresas se posicionam. Assim, para identificarmos as causas da baixa produtividade dos Portugueses, temos de ter em consideração a composição da economia em setores de atividade. Esta estrutura determina a posição de Portugal na economia mundial e nas grandes cadeias globais de produção e distribuição.

Entre 1995 e 2019, a estrutura da economia portuguesa sofreu profundas alterações. O emprego no setor primário diminuiu de 12 % para 6 %; no setor secundário, diminuiu de 32 % para 25 %; e no setor terciário, aumentou de 56 % para 70 %. Uma análise mais fina dos setores permite concluir que, entre 1995 e 2018, no setor do têxtil e vestuário, o emprego diminuiu 42 % e, no setor da construção diminuiu 27 %. Por outro lado, o emprego nos setores do comércio, alojamento e restauração e atividades administrativas e serviços de apoio aumentou 18 %, 88 % e 108 %, respetivamente.

A concentração do emprego em setores de baixa intensidade tecnológica e com fraco potencial de criação de valor acrescentado ajuda a explicar a baixa produtividade relativamente à Alemanha e à média da UE. Isto não implica que, para aumentar a produtividade, Portugal tenha de ter uma estrutura produtiva semelhante à da Alemanha. A estrutura produtiva é o resultado de um longo processo histórico e das vantagens competitivas do país. Vejamos o exemplo da indústria do calçado, com muita tradição em Portugal e muito concentrada na região Norte. Durante décadas, a indústria do calçado produziu sapatos de baixa qualidade e baixo preço. Os melhores sapatos que os Portugueses eram capazes de produzir eram encomendados pelas melhores marcas internacionais. Estas marcas aproveitavam a qualidade do trabalho e a mão de obra barata. A concorrência dos países emergentes com salários muito baixos eliminou a possibilidade de competir apenas com base no preço. A reestruturação do setor no início dos anos 2000, liderada pela associação do setor (Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos — APICCAPS) e com a colaboração de centros tecnológicos, com a aposta no *design* e na criação de marcas, pôs os sapatos portugueses entre os mais caros da Europa, a par dos franceses e dos italianos. Este exemplo aponta o caminho para aumentar a criação de valor e, assim, a produtividade nos setores de atividade tradicionais.

Como referimos anteriormente, a centralidade das grandes cadeias globais de valor na globalização atribui um papel-chave às grandes multinacionais. No início da década de 1990, o projeto Autoeuropa deu um importante contributo para o desenvolvimento do *cluster* do setor automóvel, hoje um dos mais competitivos a nível mundial. Entre 1993 e 2019, o setor material de transporte foi o setor exportador de bens que mais cresceu (1051% a preços correntes) e tornou-se o segundo mais importante, com 16% das exportações totais de bens.

A transformação da estrutura produtiva, favorecendo os setores que geram mais valor, é uma condição necessária para aumentar a produtividade. As empresas multinacionais podem funcionar como aceleradores dessa mudança. Por essa razão, a atração de grandes investimentos de empresas multinacionais está na agenda de todos os governos. A competição por esses investimentos é feroz. Os competidores oferecem vantagens fiscais e toda uma panóplia de mecanismos facilitadores para a realização do investimento.

As multinacionais podem ser o veículo que transporta a produção nacional para todo o globo. Para que os Portugueses se tornem mais produtivos, temos de conseguir colocar produtos de elevado valor dentro das grandes cadeias de valor globais. Neste contexto, a capacidade de investigação e desenvolvimento

(I&D) existente nas universidades e nos centros de investigação pode ser o catalisador da mudança na relação das empresas portuguesas com essas cadeias de valor globais. Felizmente, começam a surgir exemplos no domínio da colaboração universidade-indústria com elevado potencial de criação de valor. As parcerias da Bosch com a Universidade do Minho, para o desenvolvimento de tecnologia com engenharia portuguesa, e da BMW com a Critical Software, para o desenvolvimento do carro autónomo, são dois exemplos do reconhecimento internacional da capacidade de inovação tecnológica dos Portugueses. No caso da Bosch, a tecnologia criada em Braga já chegou a todo o mundo.

O peso dos setores mais avançados tecnologicamente e o número de portugueses com capacidade para integrar esses setores tem ainda peso relativamente reduzido na economia nacional. O número de patentes *per capita* é um indicador da relevância dos setores tecnologicamente mais avançados na economia. Usando os dados disponíveis na Pordata relativos aos pedidos de patente ao Instituto Europeu de Patentes relativos a 2013, conclui-se que apenas sete países da UE27 tinham um rácio por 100 mil habitantes inferior a Portugal. O rácio em Portugal foi de 1,13, tendo alcançado um valor de 9,47 e 22,7 na UE27 e na Alemanha, respetivamente. Outro indicador relevante do nível de desenvolvimento tecnológico é o número de investigadores em I&D por

mil ativos. Também neste indicador, apesar dos avanços significativos registados, Portugal continua aquém da maioria dos outros países membros da UE. Entre 1986 e 2018, aquele indicador aumentou de 1,3 para 9,6. Em 2018, na França e na Dinamarca, o número de investigadores em I&D por mil ativos era de 10,4 e 16, respetivamente. Por outro lado, o valor para Espanha (6,2), era inferior a Portugal.

Apesar daqueles atrasos, as empresas portuguesas estão presentes em alguns nichos com grande capacidade tecnológica. No setor farmacêutico (e.g., Hovione ou BIAL), cibersegurança (e.g., Feedzai), aeronáutica (e.g., CEiiA), automóvel autónomo (e.g., Critical Software) ou reconhecimento facial (e.g., Visionbox). A rápida resposta dos centros de investigação e da indústria às necessidades de equipamentos e materiais para combater a pandemia é também um bom indicador da valência da inovação das empresas portuguesas. Os resultados do *European Innovation Score 2020* da Comissão Europeia, posicionam Portugal como o 12.º país mais inovador da UE, tendo passado a integrar o grupo dos países classificados como «fortemente inovadores».

Todas as empresas referidas verificam duas condições necessárias para ser competitivo e gerar valor numa economia globalizada: ter ligações a universidades ou centros de investigação e desenvolver produtos para o mercado mundial.

Do ponto de vista da avaliação da capacidade de gerar valor de um país, é muito diferente importar um bem que não se consegue produzir ou decidir importar um bem porque é mais barato produzi-lo noutra país. A empresa americana Apple produz o *iPhone* na China, com componentes provenientes de vários países, porque é mais barato. Mas toda a conceção do *smartphone* e, assim, o grosso da criação de valor permanece nos EUA. Como consta no *iPhone*: «*Designed by Apple in California, Assembled in China.*» No caso português, ao invés, parte significativa das importações são produtos que as empresas não têm capacidade tecnológica de produzir. A incapacidade de produzir determinados bens e serviços de elevado valor explica a baixa produtividade da economia portuguesa. Por outro lado, o tipo de bens ou as marcas que conseguimos produzir determinam a imagem que os outros têm de nós e a imagem que temos de nós próprios.

Um administrador da OutSystems, uma das melhores empresas tecnológicas nacionais, presente em dezenas de mercados internacionais, contou que, no início do processo de internacionalização, foi no mercado francês que encontrou mais dificuldades. Os Franceses conheciam sobejamente o profissionalismo dos Portugueses e a sua dedicação ao trabalho, mas apenas reconheciam a sua proficiência em setores como a restauração, a construção civil ou atividades de apoio doméstico. Hoje, graças àquela empresa e a muitas

outras, e aos emigrantes portugueses de segunda e de terceira geração, os Franceses sabem que os Portugueses também concebem e produzem tecnologia de ponta.

Os *rankings* internacionais têm uma enorme importância na definição da imagem internacional dos países e da imagem que os países têm de si próprios. Afirmam a posição absoluta e relativa dos países ou das suas instituições. *Rankings* como o *Global Competitiveness Index 4.0* do Fórum Económico Mundial apontam o lugar que os países ocupam na economia global. Este *ranking* considera 12 indicadores, classificados de 0 a 100, em que 100 é a posição «fronteira», um estado ideal em que não existem constrangimentos à produtividade. Em 2019, são atribuídos a Portugal 70,4 pontos, o que nos situa na 34.^a posição entre 141 países. O *ranking* é liderado por Singapura, seguida dos Estados Unidos. A Alemanha e a Espanha ocupam a 7.^a e a 23.^a posições, respetivamente.

Lourenço (1978, p. 15) referia o «irrealismo prodigioso da imagem que os Portugueses se fazem de si mesmos». Um irrealismo que ainda persiste. Apesar das suas limitações, os *rankings* internacionais contribuem para a definição objetiva do lugar que ocupamos na economia europeia e mundial. Os *rankings* permitem assim a definição de uma imagem mais realista de nós próprios e da imagem que os outros têm de nós.

Apesar da posição geográfica periférica, das baixas qualificações dos trabalhadores e dos gestores, do reduzido *stock* de capital e de uma estrutura produtiva assente em setores de baixa e média tecnologia, existem casos de excelência na economia portuguesa. É necessário dar visibilidade a esses casos para que sirvam de estímulo a outras organizações, ganhem dimensão e arrastem o crescimento da economia.

Numa economia integrada nas grandes cadeias globais de produção e distribuição, os portugueses mais qualificados poderão ser tão produtivos como os Alemães. Essa é uma condição para poderem alcançar um nível de vida semelhante ao dos Europeus. Caso contrário, muitos continuarão a optar pelo estrangeiro, onde são geralmente mais produtivos, isto é, mais bem-sucedidos.

Enquanto os Portugueses, em particular os jovens mais qualificados, continuarem a emigrar, Portugal continuará a viver abaixo das suas possibilidades. A emigração não será apenas uma falha da economia. Será também uma falha da nossa democracia.

A esperança vem da mobilidade social

O crescimento económico permitiu aumentar os níveis de rendimento e desenvolver o Estado social. A ideia de progresso está associada ao aumento do nível de rendimento e de escolaridade ao longo das gerações, de pais para filhos. No entanto, a melhoria absoluta daquelas condições não significa melhoria na posição relativa na sociedade. A melhoria relativa na posição social requer igualdade de oportunidades. A igualdade de oportunidades é mais provável numa economia com crescimento económico.

No caso português, basta uma razão para situar o crescimento económico no centro das preocupações dos decisores políticos: a elevada incidência da pobreza nas crianças, jovens e idosos. O crescimento económico por si só não resolve este flagelo. Mas é condição necessária para a solução.

Na Pordata, podemos encontrar várias medidas de pobreza, para a população total e para diferentes escalões etários. A taxa de risco de pobreza é definida como a percentagem de população que tem um rendimento inferior a 60 % do rendimento mediano.

Em 2018, este rendimento, definido como o limiar de pobreza, era de 6014 euros anuais, isto é, 501 euros mensais.

No século XXI, antes das transferências sociais, a percentagem da população a viver em risco de pobreza foi sempre superior a 40 % do total (43 % em 2018). Todavia, após transferências sociais, a percentagem da população em risco de pobreza foi sempre próxima e inferior, com a exceção do ano de 2003, a 20 % (17,2 % em 2018).

Uma parte significativa da pobreza concentra-se na população mais idosa, que, dada a sua curta carreira contributiva devido à criação tardia de um sistema de segurança social universal, recebe pensões muito baixas. No caso dos idosos (a população com 65 anos ou mais), antes das transferências sociais, a percentagem em risco de pobreza, no século XXI, foi sempre superior a 80 %. Em 2003, considerando as transferências sociais, a percentagem de idosos em risco de pobreza situou-se abaixo de 30 %, tendo, genericamente, diminuído nos anos seguintes. Em 2018, aquela percentagem era de 17,3 %. As medidas de confinamento para combater a pandemia destinaram-se em grande medida a proteger os idosos, a população mais exposta aos riscos do novo coronavírus. Ainda assim, a elevada mortalidade em lares veio alertar, mais uma vez, para a situação de vulnerabilidade em que vive grande número de idosos.

A incidência da pobreza nas crianças e jovens é também chocante. Antes das transferências sociais, até 2015 a pobreza na classe etária com menos de 18 anos era superior a 30 % (28,4 % em 2018). Considerando as transferências sociais, apenas em 2017 a taxa de pobreza dos jovens ficou abaixo dos 20 % (18,5 % em 2018). A injustiça da pobreza infantil e juvenil choca por si só. Ninguém escolhe o meio socioeconómico em que nasce. Num contexto de elevada mobilidade social, a pobreza pode ser um estado transitório. Num contexto de baixa mobilidade social, como acontece em Portugal, nascer numa família desfavorecida económica e socialmente é praticamente uma condenação.

Os resultados de um estudo da OCDE e do Fórum Económico Mundial (2018) sugerem que, em Portugal, são necessárias cinco gerações para que alguém nascido numa família pertencente ao grupo das 10 % mais pobres alcance o rendimento mediano. Este indicador de mobilidade social está em linha com o observado em Itália, na Irlanda, no Reino Unido e nos Estados Unidos. A persistência das desigualdades é muito elevada. A exceção são os países escandinavos. Nestes, em média, alguém que nasça no grupo de famílias mais desfavorecidas poderá alcançar o rendimento mediano em duas ou três gerações.

O grau de mobilidade social determina em grande medida as expectativas que os membros de uma

sociedade têm em relação ao futuro. As ambições dos Portugueses são determinadas pelo contexto socioeconómico em que nasceram e pela perceção que têm da possibilidade de mudança dessa condição. A perceção da possibilidade de mudança é determinada pela avaliação que fazem da mobilidade social. São necessários muitos exemplos de melhoria da condição económica e social para se acreditar na possibilidade de melhoria.

D'Uva e Fernandes (2017), num estudo para a FFMS, mostram que existe uma forte relação entre a escolaridade dos pais e dos filhos. A democratização do acesso aos diferentes níveis de ensino, a partir da década de 1970, permitiu aumentar a percentagem dos filhos que conseguem atingir níveis de educação superiores aos dos pais. No entanto, aquelas autoras concluem que a escolaridade e as condições socioeconómicas dos pais continuam a ser fatores determinantes da condição socioeconómica dos filhos.

A forte relação entre a escolaridade dos pais e os resultados escolares dos filhos é corroborada pelos resultados da avaliação internacional PISA (OCDE, 2019). Os exames PISA, que já referimos, analisam os resultados dos estudantes tendo em conta o seu perfil social. Em 2018, no teste de leitura, os alunos portugueses do quartil mais favorecido em perfil social tiveram mais 95 pontos do que os estudantes do quartil

mais desfavorecido. Estes resultados situam Portugal na 10.^a pior posição entre os países da UE. Apesar daquela desigualdade gritante, 10 % dos alunos das famílias mais desfavorecidas conseguiram posicionar-se no grupo dos 25 % de melhores alunos portugueses. Trata-se, todavia, de uma percentagem demasiado pequena para permitir aos alunos das famílias mais desfavorecidas acreditarem na possibilidade de acesso ao ensino superior e, mais tarde, a carreiras profissionais de sucesso. A confiança de que poderão ir mais longe do que os pais em escolaridade e profissionalmente é condição necessária para o sucesso escolar e para uma carreira profissional bem-sucedida.

O ensino à distância para combater a pandemia veio, mais uma vez, pôr a nu as desigualdades decorrentes das condições socioeconómicas das famílias. Não só as condições da rede de internet e a disponibilidade de material informático são muito díspares, como a possibilidade de os pais monitorizarem e apoiarem o estudo das crianças é também muito desigual.

Numa sociedade ideal, com igualdade de oportunidades, os resultados escolares e as carreiras profissionais não dependeriam do contexto socioeconómico familiar. Essa sociedade ideal não existe. As diferenças de rendimento e contexto social são muito importantes. Mas o berço onde se nasce é também crucial para o desenvolvimento de capacidades cognitivas e não-cognitivas, como

a confiança e a perseverança. O Prémio Nobel da Economia James Heckman (2012) mostrou que estas capacidades influenciam os resultados escolares e o percurso profissional. Para reduzir as desvantagens das crianças das famílias que nascem em ambientes menos favorecidos, Heckman propõe programas de intervenção social desde os primeiros tempos de vida.

O ensino pré-escolar pode ser um instrumento eficaz no combate às desigualdades. Portugal investiu muito tarde neste nível de ensino. O INE disponibiliza os dados da cobertura do pré-escolar ao nível do município. Esses dados mostram que, na última década, a cobertura do pré-escolar se aproximou dos 100 %. A exceção é a Área Metropolitana de Lisboa, onde a cobertura é apenas cerca de 80 %.

A injustiça atroz que a pobreza infantil e juvenil representa deveria ser motivo suficiente para eleger como prioritário o seu combate. No entanto, como descrito no segundo capítulo, acresce que Portugal tem um problema demográfico muito grave. Desde 2011, nascem em Portugal menos de 100 mil crianças por ano. Em 2019, nasceram apenas 86 579. Mantendo-se os atuais níveis de pobreza, cerca de 20 mil dessas crianças nascem e vão viver num ambiente de pobreza. O crescimento da economia e a sustentabilidade dos sistemas de saúde e de segurança social vão depender, de forma crucial, da produtividade dos futuros membros

da população ativa. Se não for por uma razão de justiça social, então que se ponha fim à pobreza infantil por razões de eficiência. Mesmo para um país com o nível de rendimento de Portugal, reduzir a pobreza infantil e as desigualdades de oportunidades no ensino não é desafio intranponível. Entre as instituições do Estado central e local, o setor social e as entidades privadas, tem de ser possível encontrar soluções para este flagelo.

Não surpreende, por tudo isto, que as desigualdades de rendimento sejam muito elevadas em Portugal. Um dos indicadores mais utilizados para medir a desigualdade na distribuição do rendimento é o índice de Gini, que varia entre o mínimo de 0 e o máximo de 100. Portugal registou uma redução gradual da desigualdade nas últimas décadas. Entre 1995 e 2018, o índice de Gini diminuiu de 37 para 32,1. Em 2018, de acordo com aquele índice, apenas oito países da UE27 tinham mais desigualdade na distribuição do rendimento.

Outra forma de medir a desigualdade na distribuição do rendimento é comparando o rendimento dos 20 % mais ricos com o rendimento dos 20 % mais pobres. Usando essa medida, disponível na Pordata, conclui-se que, em 2018, os 20 % mais ricos ganharam em média 5,2 vezes mais do que os 20 % mais pobres (5,1 na UE27). Também de acordo com esta medida, apenas oito países têm uma desigualdade de rendimentos superior.

Uma forma de desigualdade que persiste é a desigualdade de género. Registou-se um progresso significativo em muitas dimensões. Na escolaridade, em 2019, a taxa de abandono escolar dos homens foi de 13,7 % e a das mulheres de 7,4 %. Em 2020, as mulheres representavam 54 % dos inscritos no ensino superior. Se considerarmos a diferença salarial entre mulheres e homens, nos trabalhadores por conta de outrem, verificamos que também se registaram progressos. Entre 2000 e 2018, a diferença entre mulheres e homens diminuiu de -22 % para -15 %. Quando se faz a comparação por nível de qualificações, verifica-se que se registou uma redução da diferença salarial na maioria dos casos. No entanto, na classe «Profissionais altamente qualificados», registou-se um aumento da diferença a favor dos homens de 6,6 % para 17,5 %. Em 2020, apenas 22 % dos membros dos conselhos de administração das principais empresas eram mulheres (*Leading Together*, Associação de Alumni do INSEAD).

O aumento do salário mínimo tem sido uma das medidas privilegiadas para combater a pobreza e as desigualdades. Entre 2014 e 2020, o salário mínimo aumentou de 485 para 635 euros mensais, um aumento nominal de 31 %. Entre 2014 e 2017, a percentagem de trabalhadores que recebia o salário mínimo duplicou, aumentando de 13 % para 26 %, tendo ultrapassado os 40 % no setor do alojamento e restauração (MTSSS, 2019).¹ O aumento do salário mínimo pode induzir

alterações na estrutura produtiva que favorecem o aumento da produtividade. Por um lado, pode levar ao encerramento das empresas menos eficientes. Por outro, pode induzir investimento com vista à automatização de tarefas ou à substituição de trabalhadores menos qualificados por trabalhadores mais qualificados. No entanto, o aumento do salário mínimo pode resultar num aumento do desemprego dos trabalhadores com menos qualificações.

No mundo desenvolvido, a revolução das tecnologias de informação e de comunicação e a globalização acentuaram a desigualdade de rendimentos entre os trabalhadores mais e menos qualificados. As alterações tecnológicas aumentaram a procura de trabalhadores mais qualificados, gerando pressão para a subida dos seus salários. Por outro lado, a globalização, com a concorrência dos produtos provenientes a baixo preço dos países emergentes e a deslocalização de fábricas dos países desenvolvidos para os países em vias de desenvolvimento, reduziu a procura de trabalho menos qualificado, gerando uma pressão para a descida dos salários.

Em Portugal, o aumento da oferta de diplomados, acima descrita, permitiu reduzir a diferença entre os salários dos trabalhadores mais qualificados e o salário médio da economia. Por exemplo, entre 1985 e 2018, o rácio

salarial dos quadros superiores em relação ao salário médio da economia diminuiu de 2,6 para 2,1.

Como vimos no primeiro capítulo, na sua descrição da geografia de Portugal, Orlando Ribeiro salientava a divisão Norte/Sul. No entanto, nas últimas décadas a geografia do país tem vindo a ser cada vez mais marcada pela divisão entre as grandes áreas metropolitanas, em particular a de Lisboa, e o resto do país. Ao longo da História de Portugal, o grande desafio político foi manter a unidade de um país muito diverso regionalmente. A centralização do poder serviu esse propósito. Por outro lado, nas décadas de 1980 e 1990, a forte centralização do poder político foi benéfica para a construção de redes nacionais de escolas, de unidades de saúde e de outros serviços públicos, bem como para a construção das grandes infraestruturas nacionais. No século XXI, os efeitos da centralização são ambíguos, sobretudo no que diz respeito à coesão do país.

Nas últimas décadas, as assimetrias regionais acentuaram-se. A Área Metropolitana de Lisboa concentrou uma parcela cada vez mais significativa de recursos humanos qualificados. Em 2019, a população de Portugal era aproximadamente a mesma que em 2001. No entanto, entre regiões registaram-se variações muito significativas. Naquele período, quase metade dos concelhos teve uma quebra da população superior a 10 %. No entanto, 28 concelhos registaram um aumento da população igual ou superior a 10 %. A população da

Área Metropolitana de Lisboa aumentou 7%. Também nas qualificações as desigualdades regionais são visíveis. Em 2019, 36% da população ativa da Área Metropolitana de Lisboa tinha ensino superior (28% em Portugal).

As assimetrias regionais deram lugar a importantes desigualdades de rendimento. Utilizando a secção «Municípios» da Pordata, podemos analisar as diferenças de remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem nas diferentes regiões do país. Calculando o rácio da remuneração média mensal das diferentes regiões ou municípios em relação à remuneração nacional, encontramos grandes variações. Por exemplo, em 2018, a remuneração média no concelho de Oeiras era 2,2 vezes a remuneração média em Celorico de Basto. A discrepância de rendimentos entre as grandes áreas metropolitanas e o resto do território é comum a muitos países. Essa discrepância leva Moretti (2013) a afirmar que, para a determinação dos salários, o sítio onde se vive é mais importante do que o *curriculum vitae*. Parece ser assim em Portugal.

No entanto, é importante referir que, dentro das grandes áreas metropolitanas, as desigualdades tendem a ser muito grandes. No mesmo território, convivem os trabalhadores mais qualificados, com os salários mais elevados do país, e trabalhadores sem qualificações, com baixos salários, que vivem em zonas habitacionais degradadas e sem acesso a serviços públicos de

qualidade. Os surtos de Covid-19 trouxeram, mais uma vez, à luz do dia a pobreza e a desigualdade que existem na Área Metropolitana de Lisboa.

Esta realidade é exemplo das desigualdades e, em particular, do fosso que se tem vindo a cavar entre as elites e os trabalhadores menos qualificados. Quando uma parte significativa da população fica presa na armadilha da pobreza e sem perspetivas de aceder à classe média, é também a democracia que falha.

A população que perde a esperança de alcançar um futuro melhor em Portugal vai procurá-lo noutro país. Tem sido assim ao longo da História. Os Portugueses já mostraram que não têm medo de procurar um futuro melhor noutro país. Essa pode ser uma definição de emigração: procurar um futuro melhor, noutro país.

Quanto vale o futuro para os Portugueses?

Ao longo das últimas décadas, os Portugueses acumularam uma das maiores dívidas do mundo em percentagem do PIB. O aumento da dívida coincidiu com uma queda da poupança, que no século XXI se tornou das mais baixas da UE.

As famílias, depois de pagarem os impostos e as contribuições para a segurança social, dividem o seu rendimento entre consumo e poupança. A poupança é, assim, o que sobra do rendimento depois do consumo. Ao escolherem poupar parte do seu rendimento, as famílias decidem adiar o consumo. As decisões de consumo e poupança refletem a valorização entre o presente e o futuro. Quanto maior for a importância dada ao bem-estar futuro, maior será a poupança. Não é fácil calcular o valor ideal da poupança. Mas sabe-se que os riscos de uma poupança insuficiente podem ser elevados.

A dívida alta e a poupança baixa podem ser lidas como uma excessiva valorização do presente. A dívida elevada e a baixa poupança tornam as famílias mais vulneráveis a choques como a crise das dívidas soberanas em 2011 ou a pandemia. Por essa razão, podem também

indiciar desvalorização do risco ou falta de previdência. Nessa leitura, os dados da dívida e da poupança não parecem confirmar a análise de José Gil (2017, p. 69): «A prudência é a lei do bom senso português.»

Entre 1995 e 2018, a taxa de poupança das famílias, em percentagem do rendimento disponível bruto, diminuiu de 14,8 % para 7 %. Em 2018, na UE27, dos vinte e quatro países com dados reportados pela Pordata, apenas cinco tinham uma taxa de poupança inferior. A taxa de poupança das famílias alemãs era de 18,9 %.

As famílias poupam por diversas razões. Em primeiro lugar, para se protegerem de possíveis quebras do rendimento no futuro. A pandemia veio lembrar a importância da poupança como instrumento de proteção contra eventos inesperados — a chamada poupança por motivos de precaução. Em períodos de maior incerteza, espera-se um aumento da poupança. Em Portugal, durante a crise financeira internacional, em 2009, a taxa de poupança aumentou para 11,9 %. Em 2012, durante a crise do euro, aumentou para 10,2 %. Os dados do indicador «Expectativas sobre a economia do país» do Portal de Opinião Pública da FFMS corroboram essa hipótese. O indicador sofreu fortes quebras entre setembro de 2007 e março de 2008 e entre outubro de 2009 e novembro de 2011. Nos períodos que se seguiram a essas quebras, registaram-se aumentos significativos da taxa de poupança. No contexto de elevada incerteza

resultante da pandemia, antecipa-se também um aumento da poupança das famílias.

Em segundo lugar, as famílias com mais dificuldades de acesso ao crédito poupam para poderem pagar as despesas de educação com os filhos, as despesas resultantes de um problema de saúde ou para adquirirem bens duradouros como automóvel, telemóveis ou computadores — ver Peralta (2020). A universalização do acesso à educação e aos cuidados de saúde, com o desenvolvimento do Estado social desde a década de 1970, aumentou a proteção das famílias, e reduziu a necessidade de poupança para fazer face àquele tipo de despesas.

Numa economia com um sistema bancário e financeiro desenvolvido, o acesso ao crédito reduz a importância da poupança para a aquisição de automóvel ou habitação. Em Portugal, a privatização do setor bancário, nos anos 90, e a adesão ao euro garantiram o acesso ao crédito a muitas famílias. De acordo com os resultados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias de 2017, realizado pelo INE e pelo Banco de Portugal, apenas 7 % das famílias tinham restrições no acesso ao crédito.

O endividamento dos particulares, em percentagem do PIB, aumentou de 41 % em 1995 para 100 % em 2009, tendo diminuído para 76 % do PIB em 2019 (Banco de Portugal). No entanto, é importante referir que cerca

de 80 % do endividamento das famílias tem como finalidade a aquisição de habitação (Costa *et al.* 2020). A aquisição de habitação é o principal investimento que as famílias realizam e constitui a principal componente da sua riqueza. Cerca de 75 % das famílias vivem em habitação própria, sendo que 36 % têm encargos bancários com a sua aquisição — ver Botelho (2020). Apesar da elevada taxa de esforço que a aquisição de casa implica para muitas famílias de baixos rendimentos, a percentagem de crédito malparado no crédito para aquisição de habitação manteve-se em valores baixos, mesmo durante a crise económica — atingiu o valor máximo de 5 % do total em 2015. O esforço das famílias em cumprir as suas obrigações bancárias revela a importância da habitação própria para o bem-estar das famílias portuguesas.

Em terceiro lugar, um motivo para a poupança das famílias é a preservação do nível de vida após a saída da vida ativa. No entanto, a miopia dos indivíduos resulta, em muitos casos, em poupança insuficiente para fazer face a necessidades futuras. Para evitar quebras abruptas no nível de vida quando entram na idade da reforma, os Estados obrigam as famílias a poupar através dos sistemas de pensões. De facto, não se trata de verdadeira poupança. Em Portugal, como na maioria dos países, aquela poupança «forçada» tem a forma de contribuições para a segurança social, correspondentes a 34,75 % da massa salarial dos trabalhadores, que são

transferidas para os pensionistas. A sustentabilidade deste tipo de sistemas de pensões, designados por sistemas de repartição, depende do crescimento da produtividade e da dinâmica demográfica. Vimos, no primeiro capítulo, que ambas constituem importantes desafios para a sociedade e para a economia portuguesas.

A baixa taxa de natalidade e o acelerado envelhecimento da população ameaçam a sustentabilidade do sistema de segurança social. A Pordata disponibiliza vários indicadores de envelhecimento da população. Para a sustentabilidade do sistema de segurança social, é particularmente relevante o índice de sustentabilidade potencial. Este dá-nos o número de indivíduos em idade ativa (15-64 anos) por idoso (com 65 ou mais anos) e, assim, uma relação entre a população que pode gerar receitas para a segurança social e a população de pensionistas. Aquele índice tem vindo a diminuir continuamente, de um valor de 7,9 em 1961, para 4,2 em 2000 e para 2,9 em 2019. Ou seja, o financiamento das pensões tem vindo a recair sobre um número cada vez mais reduzido de trabalhadores. Assim, a sustentabilidade do sistema irá depender, de forma crucial, da evolução da produtividade do trabalho. Mas, como vimos, o crescimento desta é muito incerto. Perante essa incerteza, seria avisado que as famílias se protegessem de uma possível quebra futura no rendimento aumentando a poupança. Melhorar a comunicação relativa aos rendimentos dos futuros

pensionistas pode reduzir a incerteza (ou a ignorância) e permitir um melhor planeamento da poupança pelas famílias.

Finalmente, de acordo com alguns modelos económicos, as famílias utilizam a poupança e o endividamento como instrumentos para garantirem um nível de consumo relativamente estável ao longo da vida. Esta é uma hipótese que parece verificar-se no caso português — ver Alexandre, Bação e Portela (2020). Os autores dão como possível explicação para o padrão relativamente estável do consumo das famílias ao longo da vida o facto de os filhos, em média, permanecerem até perto dos 30 anos na casa dos pais — ver Botelho (2020). Os baixos rendimentos e a precariedade dos seus contratos laborais levam os jovens a adiar a saída de casa dos pais, fazendo-o apenas quando isso não implica uma quebra significativa no seu nível de vida. Ou seja, a família parece ter um papel importante na proteção contra variações no consumo. Este papel da família é comum nos países do Sul da Europa e contrasta com o que se observa nos países do Norte.

O consumo reflete o modo de vida das pessoas e constitui uma dimensão relevante da sua identidade. Por essas razões, as famílias resistem a mudanças bruscas no seu padrão de consumo, que foram definindo ao longo da vida: o tipo de habitação, a gama do automóvel, as marcas de roupa e calçado, os restaurantes que frequentam ou as

viagens que gostariam de fazer. Esse padrão de consumo, assente no contexto social e cultural, está ancorado nas expectativas que os indivíduos têm para a evolução do seu rendimento futuro.

O forte crescimento económico e a convergência para os níveis de rendimento dos Europeus, nos anos 80 e 90, alimentou as expectativas de mais crescimento económico e melhoria das condições de vida. Quando o crescimento económico abrandou ou estagnou, as famílias optaram por reduzir a poupança e aumentar o endividamento de modo a poderem sustentar os padrões de consumo que ambicionavam — ver Alexandre *et al.* (2017). As famílias mais endividadas e mais afetadas pelas quebras de rendimento durante a longa crise de 2008–2013 tiveram dificuldade em cumprir os contratos estabelecidos com os bancos. Ao contrário do que aconteceu com o crédito para aquisição de habitação, no caso do crédito ao consumo, o crédito em incumprimento atingiu valores elevados, com um máximo de 13% do total em 2014 (Banco de Portugal). O elevado montante de crédito malparado sugere falhas na avaliação do risco pelas famílias e instituições de crédito. A baixa literacia financeira das famílias e práticas de *marketing* pouco transparentes das instituições de crédito poderão também ter contribuído para o elevado nível de incumprimento no crédito ao consumo.

A baixa taxa de poupança pode refletir uma excessiva valorização do presente face ao futuro. A finitude da vida leva-nos a privilegiar o presente. É assim desde os tempos bíblicos. Esaú, esfomeado, cedeu a Jacob todos os privilégios da primogenitura por um prato de lentilhas. Voltando a José Gil (2017, p. 155), o autor de *Portugal, Hoje — O medo de existir* considera: «Quanto ao futuro, como dimensão, ele não entra no nosso presente. Por isso se diz que não há possibilidade de mudança... Não estamos voltados para o futuro... E assim nos limitamos e ficamos pequeninos. A possibilidade de ser outro, de fazer experiências, de modificar, de querer ter outra vida [...] não se realizou.»

No entanto, o aumento do endividamento e a diminuição da poupança das famílias podem ter uma leitura otimista. As decisões que estiveram na sua origem podem dever-se à confiança no futuro. De acordo com essa perspectiva, num contexto de estagnação ou de redução de rendimentos, a baixa poupança é explicada pelo esforço de impedir quebras nos níveis de consumo. As famílias procuram manter os níveis de vida a que aspiravam quando a economia estava em expansão. Alexandre *et al.* (2017) concluem que a diminuição da poupança tem coincidido com o aumento da confiança dos consumidores. Assim, a baixa poupança pode ser explicada pelas expectativas elevadas em relação à evolução do rendimento futuro das famílias. Esta pode ser uma leitura benévola de um comportamento

que acarreta riscos para as famílias. Mas sabemos que não é possível melhorar as condições de vida sem ter esperança nessa melhoria. A resignação não retira ninguém da pobreza.

Nas últimas décadas, como vimos no primeiro capítulo, Portugal sofreu mudanças económicas e sociais profundas. Uma economia em crescimento, uma sociedade em acelerado processo de urbanização e com mobilidade social, está voltada para o futuro. Acredita-se na mudança quando se vê a mudança a acontecer. Em Portugal, foi assim até ao final da década de 1990.

A estagnação económica que se seguiu, o aumento do desemprego e a baixa mobilidade social reduziram a mudança e a perceção da possibilidade de mudança. Muitos portugueses parecem ter perdido a confiança na capacidade de mudar, de criar e de inovar, em Portugal. Essa perda de confiança terá sido uma das razões que levou, entre 2010 e 2019, 393 mil portugueses a emigrar de forma permanente. Estas vagas de emigração, motivadas pela procura de um mundo melhor lá fora, têm-se repetido ao longo da nossa história. Estima-se que vivam no estrangeiro cerca de cinco milhões de portugueses. A emigração mostra que os Portugueses não desistem de mudar e de melhorar a sua vida. Mas a emigração também pode refletir a desistência de muitos portugueses de mudarem o país.

O filósofo José Gil aponta também falta de espírito empreendedor aos Portugueses. Essa seria mais uma manifestação da sua atávica aversão ao risco. Alguns encontram aí a origem da atração que, em algumas épocas, se fez sentir pela procura de segurança no funcionalismo público. Em 2019, havia cerca de 699 mil funcionários públicos, que correspondiam a 6,3% da população empregada, valor próximo da média da UE27. A favor da capacidade empreendedora dos Portugueses, deve referir-se a criação de empresas, que desde 2013 foi sempre superior a 170 mil. Deve também referir-se que, todos os anos, um número semelhante de empresas morre. Em 2018, foram criadas 196 550 empresas e morreram 154 193. A enorme quantidade de microempresas e de empresários em nome individual sugere que os Portugueses têm iniciativa e que preferem ter o seu próprio negócio a trabalhar por conta de outrem. Em 2018, existiam em Portugal 1 milhão e 295 mil empresas.

A excessiva atomização da estrutura empresarial portuguesa pode ser um problema para a produtividade. No entanto, na última década, surgiu uma nova vaga de empreendedores que criaram empresas tecnológicas com projeção internacional, atingindo o estatuto de «unicórnios»: empresas ainda não cotadas em bolsa com valorização implícita superior a mil milhões de euros. Estes exemplos ilustram a capacidade empreendedora dos Portugueses, a sua disponibilidade para enfrentarem

riscos e para pensarem os seus negócios à escala global. Afinal, como lembra Anthony Giddens no seu ensaio sobre a globalização *Runaway World* (2002), a palavra inglesa *risk* tem origem na palavra «arriscar» introduzida pelos exploradores portugueses e espanhóis do século xv, que fundaram a modernidade e um modo diferente de a humanidade olhar o futuro.

Conclusão

Este ensaio partiu do pressuposto de que a consciência do atraso económico em relação aos países mais desenvolvidos europeus é um traço fundamental da identidade dos Portugueses. Aproximar-se da Europa, libertar-se da sua condição geográfica periférica é tema central da discussão política e intelectual em Portugal, pelo menos desde o século XIX. Nas décadas de 1980 e de 1990, o objetivo dos governantes era pôr Portugal no «pelotão da frente». O fraco crescimento e as crises do século XXI baixaram as expectativas dos Portugueses. As desigualdades e a fraca mobilidade social tornam a pobreza uma condenação para muitos jovens que nascem e vivem nessa condição. Ainda assim, muitos mantiveram a confiança no futuro. Muitos emigraram, procurando realizar os seus sonhos lá fora. Muitos dos que ficaram continuam a acreditar no futuro e a mostrar que o espírito empreendedor dos Portugueses subsiste. É nesta decisão de partir ou de ficar que se vai decidir o futuro de Portugal.

Podem resumir-se assim as conclusões deste ensaio sobre os Portugueses:

- Dos contrastes geográficos assinalados por Orlando Ribeiro, a divisão entre o litoral e o interior é a que

hoje se mantém mais atual. No litoral, destacam-se as grandes áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, que concentram 45 % da população e representam cerca de 50 % da capacidade produtiva nacional.

- A centralização do poder foi essencial para a integridade territorial do país e para a criação da identidade nacional. Hoje, a centralização do poder e as persistentes assimetrias regionais levantam desafios à coesão do país. As assimetrias de rendimento entre a Área Metropolitana de Lisboa e as restantes regiões do país são muito marcadas.
- A posição geográfica, a escassez de recursos naturais e a exiguidade do mercado constituem obstáculos ao desenvolvimento económico. A impossibilidade de conjugar a soberania nacional às relações comerciais regulares com Espanha empurrou Portugal, desde o século xv, para o Atlântico. A Inglaterra foi, durante séculos, o principal parceiro comercial de Portugal.
- Com a entrada na CEE em 1986, a Espanha tornou-se o principal mercado das exportações portuguesas.
- Com a adesão à CEE e o acesso aos fundos europeus, com o aumento das importações e o acesso ao crédito bancário, os Portugueses tornaram-se mais parecidos com os restantes Europeus.
- A revolução das TIC e a redução dos custos de transporte deu um novo impulso à globalização, reduzindo a importância da geografia. No entanto, Portugal manteve-se afastado das grandes cadeias de produção e de distribuição globais.

- Um trabalhador em Portugal, por hora de trabalho, produz cerca de metade do valor produzido por um trabalhador na Alemanha. Este diferencial na produtividade em relação à Alemanha manteve-se praticamente inalterado desde 1995.
- As projeções demográficas do INE apontam para um acelerado envelhecimento e para uma diminuição da população. Uma população mais envelhecida tenderá a ser mais resistente à mudança e à inovação, o que pode ser um obstáculo ao aumento da produtividade.
- Mais inovação e mais investimento nas qualificações dos trabalhadores serão essenciais para compensar os efeitos negativos da redução e do envelhecimento da população. Paradoxalmente, o desemprego jovem continua a ser muito elevado.
- A baixa produtividade dos Portugueses é também explicada pelo reduzido *stock* de capital que os trabalhadores têm à sua disposição.
- A combinação de investimento em TIC e qualidade de gestão é um elemento-chave para o aumento da produtividade. A qualidade de gestão em Portugal continua a apresentar debilidades.
- A concentração do emprego em setores de baixa intensidade tecnológica e, assim, com fraco potencial de criação de valor acrescentado contribui para a baixa produtividade relativamente à Alemanha e à média da UE.
- Há duas condições necessárias para ser competitivo e gerar valor numa economia globalizada: ter ligações a

centros tecnológicos ou universidades e desenvolver produtos para o mercado mundial.

- Os *rankings* internacionais têm hoje enorme importância na definição da imagem internacional dos países e da imagem que os países têm de si próprios. A imagem de Portugal tem melhorado e é mais realista.
- A elevada incidência da pobreza nas crianças, jovens e idosos é mais difícil de combater numa economia estagnada ou com baixo crescimento. Portugal é também um dos países mais desiguais da UE.
- Num contexto de baixa mobilidade social, como acontece em Portugal, nascer numa família económica e socialmente desfavorecida é praticamente uma condenação. O grau de mobilidade social determina, em grande medida, a esperança que os membros de uma sociedade têm no futuro.
- Ao longo das últimas décadas, os Portugueses acumularam uma das maiores dívidas do mundo em percentagem do PIB. O aumento da dívida coincidiu com uma queda da poupança, que no século XXI se tornou uma das mais baixas da UE.
- A dívida alta e a poupança baixa podem ser lidas como uma excessiva valorização do presente. A excessiva valorização do presente conduz, em muitos casos, a uma poupança insuficiente para o futuro. A dívida elevada e a baixa poupança tornam as famílias mais vulneráveis a choques como a crise das dívidas soberanas em 2011 ou a pandemia de Covid-19.

- O elevado endividamento e a baixa poupança também podem ser explicados pela confiança das famílias no futuro. A confiança no futuro é uma condição para a melhoria das condições de vida e para a melhoria do país.
- A perda de confiança no futuro é uma das causas da emigração. A emigração mostra que os Portugueses não desistem de melhorar a sua vida. Mas mostra a sua desistência em mudar o país.
- Enquanto os Portugueses, em particular os jovens mais qualificados, continuarem a emigrar, Portugal continuará a viver abaixo das suas possibilidades. Não será apenas uma falha da economia. Será também uma falha da nossa democracia.

Notas

- 1 Na sua análise, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social considera o mês de abril.

Referências

- ALEXANDRE, F., L. AGUIAR-CONRARIA, P. BAÇÃO e M. PORTELA (2017). *Poupança e Financiamento da Economia Portuguesa*. Imprensa Nacional e Associação Portuguesa de Seguradores.
- ALEXANDRE, F., P. BAÇÃO e M. PORTELA (2020). «Is the basic life-cycle theory of consumption becoming more relevant? Evidence from Portugal». *Review of Economics of the Household*. March 2020, Volume 18, Issue 1, pp. 93–116.
- BALDWIN, R. (2016). *The Great Convergence — Information Technology and the New Globalization*. Harvard University Press.
- BARRETO, A. (1999). *Tempo de Mudança*. Relógio D'Água, 3.^a edição.
- BLOOM, N. and VAN REENEN, J. (2007). «Measuring and explaining management practices across firms and countries». *The Quarterly Journal of Economics*, 122(4): pp. 1351–1408.
- BOTELHO, A. (2020). *Como Vivem os Portugueses*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- BRINCA, P. (2020). *Como Trabalham os Portugueses*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- COSTA, S., L. FARINHA, L. MARTINS e R. MESQUITA (2020). *Inquérito à situação financeira das famílias: resultados de 2017 e comparação com edições anteriores*. Banco de Portugal. https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/re202002_pt.pdf.
- D'UVA, T. B. e M. FERNANDES (2017). *A Mobilidade Social em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- GIDDENS, A. (2002). *Runaway World: How Globalization is Reshaping Our Lives*. Routledge.

- GIL, J. (2017). *Portugal, Hoje — O medo de existir*. 14.ª edição, Relógio D'Água.
- HASKEL, J. e S. WESTLAKE (2017). *Capitalism without Capital: The Rise of the Intangible Economy*. Princeton University Press.
- HECKMAN, J. J. (2012). *Giving Kids a Fair Chance*. MIT Press.
- LOURA, L. (2020). *Como Aprendem os Portugueses*.
Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- LOURENÇO, E. (1988). *O Labirinto da Saudade*. Círculo de Leitores.
- MATEUS, A. (2013). *25 anos de Portugal Europeu — A economia, a sociedade e os fundos estruturais*.
Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- MATTOSSO, J. (2015). *Identificação de Um País — Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- MENDES, M. F. (2020). *Como Nascem e Morrem os Portugueses*.
Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- MORETTI, E. (2013). *The New Geography of Jobs*. Mariner Books.
- MTSSS (2019). *Salário Mínimo Nacional 45 depois — Balanço e Perspetivas Atuais sobre Emprego e Salários em Portugal*.
Gabinete de Estratégia e Planeamento. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.
- OCDE (2019). Programme for International Student Assessment, Results from PISA 2018. Country Note. Portugal.
https://www.oecd.org/pisa/publications/PISA2018_CN_PRT.pdf.
- OCDE e Fórum Económico Mundial (2018). *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility*. OCDE.
- PERALTA, S. (2020). *Como Gastam os Portugueses*.
Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- REIS, B. C. (2020). *Pode Portugal Ter Uma Estratégia?*
Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- REIS, J. (1993). *O Atraso Económico Português — 1850–1930*.
Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RIBEIRO, O. (2011). *Portugal, o Mediterrâneo
e o Atlântico*. 8.ª edição, Letra Livre.
- SCHIVARDI, F., e T. SCHMITZ (2019). «The IT Revolution
and Southern Europe's Two Lost Decades». *Journal of
the European Economic Association*, Forthcoming.
- SCHWAB, K. (2019). *The Global Competitiveness Report*.
World Economic Forum. [http://www3.weforum.org/docs/
WEF_TheGlobalCompetitivenessReport2019.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_TheGlobalCompetitivenessReport2019.pdf).
- VALENTE, V. P. (2009). *Portugal — Ensaios de História
e de Política*. Alêtheia Editores.

Fontes

Pordata

Portal de Opinião Pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos

INE — Instituto Nacional de Estatística

Eurostat — Departamento de Estatística da União Europeia

OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

AMECO, Comissão Europeia

Associação de *Alumni* do INSEAD

APICCAPS — Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado,

Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos

Banco de Portugal

Direção-Geral da Administração e do Emprego Público do Ministério
da Modernização do Estado e da Administração Pública

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério
da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho do
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Estradas de Portugal, SA

Instituto da Mobilidade e dos Transportes

Fórum Económico Mundial

Direção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças



Fernando Alexandre é doutorado em Economia pela Universidade de Londres. É professor associado com agregação da Universidade do Minho, consultor da Fundação Francisco Manuel dos Santos e membro do Conselho para a Produtividade Portugal. Foi pró-reitor da Universidade do Minho e secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna no XIX Governo Constitucional. É autor e coordenador de cinco livros sobre a economia portuguesa. É comentador da RTP e colunista do jornal *Observador*.

Infografias



Clique aqui para aceder
às infografias.

nesta coleção

Maria Filomena Mendes
como nascem e morrem os portugueses - ePub/PDF

Maria do Céu Machado
como crescem os portugueses - ePub/PDF

Luísa Canto e Castro Loura
como aprendem os portugueses - ePub/PDF

Pedro Brinca
como trabalham os portugueses - ePub/PDF

Fernando Leal da Costa
como adoecem os portugueses - ePub/PDF

Alda Botelho Azevedo
como vivem os portugueses - ePub/PDF

Susana Peralta
como gastam os portugueses - ePub/PDF

Pedro Graça
como comem os portugueses - ePub/PDF

Maria João Guardado Moreira
como envelhecem os portugueses - ePub/PDF

Fernando Alexandre
como são os portugueses - ePub/PDF

Nos dez anos da Pordata e dos Ensaios da Fundação

os portugueses

**Uma coleção para conhecer o país
e a sua gente.**

A globalização e a digitalização tornaram-nos mais periféricos ou aproximaram-nos do centro do mundo? A baixa produtividade é culpa dos Portugueses ou de Portugal? Somos mais qualificados e temos melhores infraestruturas, mas entrámos devagar na era digital e na nova era da globalização. A desigualdade é grande e persistente, e o sítio onde vivemos continua a ser mais importante do que o *curriculum vitae*. A dívida alta e a poupança baixa sugerem que damos muito valor ao presente. Mas podem também indicar que ainda acreditamos no futuro.



9 789899 004559

ISBN 978-989-9004-55-9